



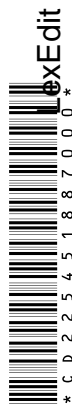
## CONGRESSO NACIONAL - CÂMARA DOS DEPUTADOS

### DESTAQUE DE BANCADA

Requer destaque de todos os itens do veto  
48

Requeiro, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para que os dispositivos:

**Item 001:** “O titular da patente ou do pedido de patente objeto de licença compulsória deverá fornecer as informações necessárias e suficientes à efetiva reprodução do objeto protegido pela patente ou pelo pedido de patente e os demais aspectos técnicos aplicáveis ao caso em espécie, assim como os resultados de testes e outros dados necessários à concessão de seu registro pelas autoridades competentes.”; **Item 002:** “Caso haja material biológico essencial à realização prática do objeto protegido pela patente ou pelo pedido de patente, o titular deverá fornecer tal material ao licenciado.”; **Item 003:** “Caso o titular da patente ou do pedido de patente se recuse a fornecer as informações ou o material biológico de acordo com o que foi determinado pelos §§ 8º e 9º deste artigo, aplica-se o disposto no art. 24 e no Capítulo VI do Título I desta Lei.”; **Item 004:** “No caso específico de emergência em saúde pública de interesse nacional ou internacional, a licença compulsória de patentes ou de pedidos de patente úteis na prevenção e no combate das causas da emergência poderá ser concedida por lei, independentemente do ato de ofício referido no “caput” deste artigo, com vigência limitada ao período em que perdurar a declaração de emergência.”; **Item 005:** “A Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) caracteriza-se como emergência nacional nos termos do art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial).”; e **Item 006:** “No caso da emergência indicada no caput deste artigo, o prazo previsto para o enquadramento do Poder Executivo nas determinações





## CONGRESSO NACIONAL - CÂMARA DOS DEPUTADOS

*estabelecidas pelo art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial), conta-se a partir da entrada em vigor desta Lei.”, constantes de todos os itens do **veto nº 48**, seja apreciado no painel eletrônico.*

Sala das Sessões, em 08 de fevereiro de 2022.

**DEPUTADO ADOLFO VIANA**  
**Líder da Bancada do PSDB**



CD/22545.18870-00



\*CD225451887000\*  
LexEdit